

## Atualize ou confirme seus dados cadastrais até o final de julho e concorra ao sorteio de brinde

Quer concorrer ao sorteio de um brinde?

Para garantir a sua participação, acesse a área restrita do site, **atualize ou confirme seus dados cadastrais**, especialmente contato telefônico, e-mail e endereço, e pronto! Não perca tempo, [clique aqui e acesse o formulário](#).

Os associados que fizerem a atualização **até 31 de julho** concorrerão ao **sorteio** de um Samsung Smartphone S23 5G. Participe!

### Como acessar a área restrita

- 1º – Clique [aqui](#) ou acesse diretamente através do site da ANFIP, em “área restrita”, no menu
- 2º – Faça o login com CPF e senha
- 3º – Na nova janela, canto superior direito, clique no seu nome ou no avatar (foto) ao lado
- 4º – Escolha a opção “Atualizar Informações”
- 5º – Confira as informações no formulário e atualize o campo que for necessário
- 6º – Revise todas as informações e, por fim, clique em “Confirmar dados”

**Pronto, atualização concluída! Você já estará inscrito para participar do sorteio.**



Lembre-se, manter seus dados atualizados é imprescindível para que a Associação contate você com rapidez e permita seu acesso a um conjunto de benefícios, que inclui defesas judiciais, plano de saúde, previdência complementar (Jusprev), seguro de vida, estudos técnicos, convênios, informações e bom relacionamento.

## PréFIT 2023: Entidades promovem evento sobre sistema tributário brasileiro

A ANFIP, a Fenafisco e o Sindifisco Nacional, com apoio da Fenafim, realizaram, no dia 29 de maio, na Câmara dos Deputados, o PréFIT 2023, evento que antecede a realização do Fórum Internacional Tributário, previsto para agosto.



O evento teve como tema a “Tributação da renda, da riqueza e do consumo: o Brasil na contramão da OCDE” e reforçou a importância de que a reforma tributária brasileira deve ser ampla, visando não apenas a eficiência econômica, como também a redução das desigualdades. Os debates foram transmitidos na [TV ANFIP](#).

Na abertura do evento, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, afirmou que as entidades defendem uma reforma tributária ampla. “A gente vem, desde 2017, construindo esse caminho de que a tributação deve ser justa e solidária. Temos a nossa população, a maior camada, que é a mais pobre, carregando a tributação nos seus ombros, e achamos que esse é o momento de quebrar esse paradigma. Acreditamos que a reforma do consumo não vai resolver o problema, precisamos que a reforma da renda e do patrimônio aconteça”, disse o dirigente. ▶

Especialistas apontam desafios da tributação no Brasil

PÁGINA 2

ANFIP presta homenagem ao centenário da Previdência Social

PÁGINA 5

Unimed Vitória divulga comunicado sobre fundo de investimentos

PÁGINA 6

## Especialistas apontam desafios da tributação no Brasil

O primeiro painel do PrêFIT 2023 debateu a Tributação da Renda, da Riqueza e do Consumo: a Experiência Internacional e o Brasil, com mediação do doutor em Política Tributária Pedro Humberto Carvalho Junior e palestras de Alberto Barreix, economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Alexander Klemm, chefe da Divisão de Política Tributária do Fundo Monetário Internacional (FMI); e Rodrigo Orair, diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

Alexander Klemm mostrou a situação da tributação da renda ao redor do mundo e comparou com indicadores da América Latina. Klemm enfatizou que o Brasil se distancia das boas práticas internacionais em termos de política tributária. “A desigualdade é marcante na América Latina, mas no Brasil é ainda maior”, frisou.

Klemm destacou que a reforma no Brasil deve pensar na progressividade em todo o sistema tributário, não somente num imposto específico. “A tributação da renda de capital é inconsistente no Brasil. O país não tem mudado desde os anos 80”, analisou.

Exatamente neste período, lembrou Rodrigo Orair, muitos países, ao perceberem que o modelo adotado se abstraía de objetivos distributivos, o que levou a uma série de diferenciações, brechas de planejamento tributário e não geraram os prometidos investimentos, começaram resgatar a progressividade; o que não aconteceu com o Brasil. “A gente surfou para um lado nos anos 2000, mas quando a maré foi para o outro lado, de resgate da progressividade, de mostrar modelos que tributavam a renda do trabalho e capital de maneira uniforme, a gente não fez. Ficamos parados no tempo. Esse é o dilema”,



ressaltou. Orair adiantou que a reforma não vai resolver todos os problemas, por isso ele considera importante avançar na reforma do imposto de renda, com cautela e cuidado.

Para o economista Alberto Barreix, a reforma tributária no Brasil é muito importante porque será um modelo para os demais países da América Latina. Barreix também defendeu o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que, segundo ele, possibilita tributar de forma ampla e mais eficiente, além de criticar o atual modelo de impostos, que produz uma grande concentração de riqueza, a enorme pressão fiscal e os altos impostos sobre a renda da pessoa física.

Como sugestões ao sistema tributário brasileiro, o economista indicou a necessidade de revisão da estrutura de impostos e faixas tributáveis e dos níveis de isenções e deduções; fortalecer a administração tributária, especialmente o uso de incentivos para o pagamento das contribuições sociais, a fim de favorecer a inclusão e o combate à informalidade; além de promover uma reforma tributária ampla, abrangendo imposto de renda pessoa física, contribuições sociais, regimes simplificados e rendas passivas de capital, inclusive de serviços e ativos transfronteiriços.

**Perspectivas da reforma tributária** - No segundo painel do PrêFIT 2023, “Perspectivas da Reforma Tributária no Brasil”, os deputados Lindbergh Farias (PT/RJ), Fernanda Melchionna (Psol/RS) e Erika Kokay (PT/DF) mostraram preocupação com o fatiamento da reforma.



Para o deputado federal Lindbergh Farias (PT/RJ), há o risco de que se faça só a primeira fase, que é a reforma sobre o consumo. O receio do deputado é que não aconteça a segunda parte da reforma, sobre a renda e a riqueza, haja vista a correlação de forças dentro do Congresso Nacional. “Estamos enfrentando ofensiva política forte. O governo não pode só ceder”, frisou. Para o parlamentar, o melhor seria que as

### Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
Sede: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

**DIRETORA RESPONSÁVEL**  
Marluce do Socorro da Silva Soares

**Editora**  
Ludmila Machado

**REPORTAGEM**  
Daiana Lima, Ludmila Machado,  
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

**Editoração eletrônica**  
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)

[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

duas fases da reforma caminhassem juntas, ainda que a discussão sobre o sistema de imposto de renda seja com quórum constitucional. Conforme explicou, o correto seria aumentar a tributação sobre a renda e patrimônio e diminuir sobre o consumo.

No mesmo painel, a deputada Fernanda Melchionna (Psol/RS) afirmou que as propostas em tramitação no Congresso Nacional (PECs 45/19 e 110/19) não enfrentam os verdadeiros gargalos do sistema tributário brasileiro, “que é absolutamente perverso com o trabalhador”. Em contrapartida, a parlamentar citou a Emenda Substitutiva Global 178/2019 (Reforma Tributária Solidária, Justa e Sustentável), apresentada por um conjunto de partidos políticos. “Nós fizemos um trabalho a muitas mãos para fazer luz a uma reforma justa e solidária”, afirmou. A deputada alertou ainda que, para que a reforma tributária não termine na primeira fase, é preciso aproveitar o momento político atual.

Para a deputada Erika Kokay (PT/DF), é preciso assegurar que o fatiamento da reforma tributária não deixe de lado o que é fundamental, que é a construção de uma política tributária justa. “É importante unificar os tributos, essa é uma discussão que não fazemos qualquer oposição a ela. Mas ela não resolve os problemas estruturais”, afirmou.



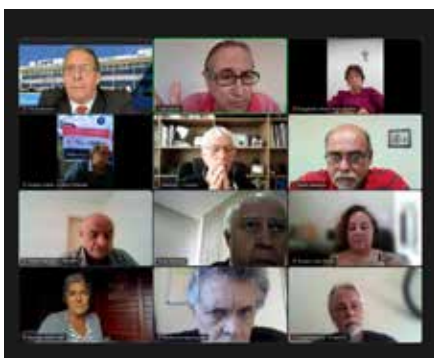
**Mudanças no consumo promove revolução** - Já o diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, defendeu que a reforma da tributação sobre o consumo “vincula revoluções disruptivas em vários planos: econômico, relações federativas, cidadania fiscal e social”.

Em cada um desses planos, explicou o diretor, a reforma na tributação indireta ajuda a reduzir a desigualdade social, seja por meio do sistema de *cashback* ou da desconcentração federativa de recursos. Isso, explicou, sem aumento da carga tributária e com R\$ 400 bilhões a mais para custear políticas públicas. Procópio, entretanto, não descartou a necessidade de outras reformas. “Penso que a reforma da tributação sobre o consumo não é antagonista à da renda. Ela é complementar à da renda. E ela está em linha com o que foi proposto pela

Reforma Tributária Solidária. Todos os pilares estão na RTS. A gente deve tentar”, argumentou.

O diretor confirmou que, historicamente, a tributação indireta sempre foi dissociada da equidade tributária. “A gente sabe que há uma natural regressividade numa tributação que é feita sem se levar em conta a capacidade contributiva”, afirmou. Porém, listou dois aspectos importantes que devem ser observados na atual reforma. Primeiro, o reconhecimento de que corrigir distorções na tributação indireta sobre o consumo reduz a desigualdade social. Segundo aspecto, a tecnologia. “Nós não podemos olhar para a tributação sobre o consumo hoje com o mesmo olhar de alguns anos atrás, pois ela mudou pela via da tecnologia”, frisou. Sobre isso, foi enfático: “nós temos essa tecnologia, nós temos a melhor administração tributária do mundo; por isso o sistema não colapsou”.

## ANFIP e Pública Central discutem representação dos servidores públicos



O presidente Wilson Romero participou da reunião do Conselho de

Representantes da Pública Central do Servidor, ocorrida em 1º de junho, em plataforma virtual.

Romero, que também é presidente da Pública no Distrito Federal, ressaltou que a ANFIP tem ocupado, cada vez mais, os espaços de representação dos servidores públicos, inclusive na Mesa Nacional de Negociação Permanente com o governo, e que estar integrada a uma central sindical que representa os interesses do funcionalismo, como a Pública, possibilita essa maior atuação.

Informou, ainda, que o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público será realizado no dia 13 de junho, na Câmara dos Deputados. “Precisamos nos organizar e marcar presença, para mostrar a força dos servidores públicos”, disse o presidente da ANFIP, que também avisou o grupo que a “Coletânea 100 anos da Previdência”, publicação da ANFIP, está disponível no site da Associação e pode ser acessada gratuitamente.

## ANFIP Debates aborda impactos do Imposto sobre Valor Agregado



A TV ANFIP, no quadro ANFIP Debates, promoveu, dia 1º de junho, mais um encontro relacionado à reforma tributária. Nesta edição, abordou os impactos do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), previsto nas propostas que tramitam no Congresso Nacional (PECs 45/19 e 110/19). O debate foi mediado pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, e contou com a presença de Melina Rocha, consultora internacional de IVA/IBS e diretora de Cursos na York University, no Canadá, e de Paulo Henrique Pêgas, professor e mestre em Ciências Contábeis, também referência no assunto.

Em sua fala, Melina Rocha relembrou que o IVA foi criado na década de 50 e teve diversas modernizações com o passar do tempo, sendo atualmente adotado por 174 países no mundo. Segundo ela, há diversos estudos comprovando que um sistema com alíquotas diferenciadas não diminui o modelo regressivo e beneficia as famílias mais ricas. “Os IVAs que foram implementados a partir da década de 90 tendem a ter uma alíquota única ou o mínimo de exceções, isenções e alíquota zero possível, justamente por conta dessa constatação. Por isso, essas duas PECs colocam hoje como regra principal a alíquota única”, disse.

Sobre os impactos da reforma tributária envolvendo o setor de serviços, Paulo Henrique Pêgas disse que pode haver algum prejuízo, mas que é quase impossível fazer uma reforma totalmente neutra num país do tamanho do Brasil. O professor esclareceu que a reforma simplificaria a gestão para os empresários e ressaltou a importância de se fazer o cálculo correto da carga tributária, porque, mesmo que haja aumento, haverá benefícios de crédito financeiro.

Melina também criticou a desinformação no debate público em torno da alíquota diferenciada para o setor de serviços, afirmando que “muitas vezes as contas que são trazidas pelos setores não correspondem à realidade”. “Mesmo esses países que têm alíquota diferenciada, com IVAs mais antigos, como o da União Europeia, não têm uma alíquota diferenciada ou menor para o setor de serviços como um todo. O que tem são alíquotas diferenciadas para uma lista específica de serviços essenciais, geralmente educação e saúde, e produtos essenciais, geralmente da cesta básica”, contrapôs. “É importante que se diga que o setor de serviços, no meio da cadeia, vai ser beneficiado com a reforma”, complementou.

Em relação aos altos impostos pagos, Pêgas ressaltou a influência da cultura sob a mentalidade dos brasileiros. “A nossa cultura foi toda puxada para essa linha de ‘o que os olhos não veem, o coração não sente’. Talvez o coração e principalmente o bolso sentindo nos faça refletir melhor como cidadãos, entender melhor a tributação, cobrar mais dos nossos representantes e cobrar melhor qualidade das leis para regular a tributação de todo mundo. Talvez seja o ponto principal da reforma tributária, além da simplificação, colocar a tributação por fora”, defendeu. E aproveitou para recomendar a leitura do projeto Reforma Tributária Solidária, produzido pela ANFIP em parceria com a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Os especialistas falaram ainda sobre tributação sobre renda e patrimônio, essencial para o melhor funcionamento do IVA; não tributação de lucros e dividendos; imposto de renda; desigualdade social; e outros. Confira o debate completo [aqui](#).

## ANFIP prestigia evento nacional sobre direitos humanos na Câmara dos Deputados

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados realizou, dia 1º de junho, seminário sobre a “Proteção das Defensoras e Defensores das políticas de respeito aos Direitos Humanos no Brasil”. O presidente Wilson Romero representou a ANFIP no encontro.

O evento foi conduzido pelo deputado Luiz Couto (PT-PB), que saudou as pessoas que participam dos movimentos sobre a defesa dos direitos humanos no Brasil, cujo papel é fundamental no fortalecimento do Estado de Direito no nosso país, “o que

justifica debater práticas de defesa dos integrantes de movimentos sociais”, segundo o parlamentar.

Entre outras personalidades, marcaram presença no seminário o representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marivaldo de Castro Pereira; a representante da Defensoria Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União, Carolina Soares de Castro; o representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Paulo César Carbonari; o presidente interino da Comissão Pastoral da Terra, dom José Ionilton; e a representante do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos



Humanos, Layza Queiroz Santos.

Segundo Romero, “cada vez assume mais relevância o combate aos ataques aos direitos humanos e às conquistas das minorias da população brasileira, atuação na qual a ANFIP também se engaja, em respeito à cidadania”.

## ANFIP acompanha workshop em Brasília

O presidente Wilson Romero e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participaram, dia 1º de junho, do workshop “Reforma Tributária: Desafios e Oportunidades”, realizado em Brasília, que reuniu especialistas para traçar um paralelo do sistema tributário brasileiro e as mudanças que são analisadas pelo Congresso Nacional.

A iniciativa é uma parceria entre o Centro de Estudos de Direito Econômico

e Social (Cedes) e o Instituto Brasileiro de Ciências Jurídicas (IBCJ), com apoio do Instituto Sociocultural Brasil China (Ibrachina) e da Veredas Inteligência Estratégica.

Na abertura, o coordenador do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT/MG), falou sobre as discussões em torno do tema no GT e da primeira etapa da reforma, que será sobre o consumo. “Depois, vamos fazer

ajustes na reforma do ponto de vista da renda e do patrimônio”, garantiu.

Em seguida, foram apresentados quatro painéis, abordando “Contradições, deficiências e injustiças comparadas com sistema federalista e com países referências”, com exposição de André Horta, diretor do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz); “Tributação sobre o Consumo e a Produção: o IVA dual”, com palestra de João Batista Soares, diretor da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária (Febrafisco); “Autoridade Tributária Nacional e o processo administrativo e judicial”, apresentado pelo professor Renato Becho, doutor em Direito Tributário e juiz federal de São Paulo; e “Tributação sobre a renda e o patrimônio: desafio seguinte”, debate por Paulo Gil Introini, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e diretor do Instituto Justiça Fiscal.

Todas as apresentações estão disponíveis no Youtube, no canal do Congresso em Foco – acesse [aqui](#).



## ANFIP presta homenagem ao centenário da Previdência Social

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, representou a ANFIP na [sessão solene](#) em homenagem ao centenário da Previdência Social no Brasil, realizada no dia 30 de maio, no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Pela ANFIP, também estiveram presentes a coordenadora do Conselho Fiscal, Ercília Leitão Bernardo; e os demais integrantes do CF Sandra Tereza Paiva Miranda (relatora) e Luís Carlos Correa Braga (conselheiro).

Na ocasião, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, ressaltou a importância de pensar a Previdência Social não só como um instrumento de justiça social, mas como um direito do cidadão que passou a vida contribuindo com o desenvolvimento do país. “Pagar o aposentado é pagar o direito adquirido. Essa é a ótica que temos que levar para a sociedade”, defendeu.

Lupi reafirmou o compromisso de zerar a fila de mais de 1 milhão de



segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e aproveitou para divulgar os benefícios do cartão virtual “[Meu INSS+](#)”, bem como anunciar a criação, no dia 8 de agosto, da Frente Nacional em Defesa da Previdência Pública.

Gilberto Pereira lembrou a história da Previdência Social, destacando que, apesar das críticas, filas, dificuldades na concessão, desafios no acesso digital, precarização das unidades de atendimento e das carências de recursos humanos e materiais, a Previdência Social continua sendo a mais importante política pública

de combate à desigualdade social que grassa em todos os cantos do Brasil.

Após a fala do vice-presidente, o deputado federal Rubens Pereira Júnior (PT/MA), responsável pelo requerimento da sessão, apresentou o livro “100 anos da Previdência Social – Coletânea”, produzido pela ANFIP, que reúne dezenas de artigos de especialistas, acadêmicos, advogados e parlamentares abordando diversos aspectos da história e a importância do sistema de seguro social brasileiro. A publicação pode ser acessada gratuitamente [aqui](#).

## Conselho Fiscal analisa prestação de contas do primeiro trimestre de 2023

O Conselho Fiscal da ANFIP reuniu-se de forma presencial, na sede da ANFIP, de 30 de maio a 1º de junho, para a continuidade da sexta reunião ordinária, referente ao mandato 2022/2023, para analisar as movimentações financeira e contábil referentes ao primeiro trimestre de 2023 e verificar o cumprimento das normas de controle interno da Associação, além de emitir o Parecer e o Relatório Gerencial.

A abertura foi realizada pelo presidente da ANFIP, Vilson Romero, com as presenças da coordenadora do Conselho Fiscal, Ercília Leitão Bernardo (CE); da relatora Sandra Tereza Paiva Miranda (SP); e do conselheiro Luís Carlos Correa Braga (RS).

Constaram ainda na pauta da reunião a análise dos relatórios da empresa de auditoria externa contratada para a análise da prestação de contas anual de

2022 e a emissão do parecer do Conselho Fiscal sobre os referidos relatórios.



## Unimed Vitória divulga comunicado sobre fundo de investimentos

Em virtude de reportagem publicada pelo jornal Valor Econômico sobre a Unimed Vitória, a ANFIP publica abaixo comunicado emitido pela cooperativa sobre aplicações financeiras em fundos de investimento.

Hoje [dia 31 de maio], o jornal Valor Econômico publicou uma reportagem sobre o desempenho de um dos fundos de investimentos no qual a Unimed Vitória tinha aplicações. Em respeito a todos e, mantendo a transparência e o compromisso com a sustentabilidade econômica com que esta gestão tem trabalhado, esclarecemos que:

– A Unimed Vitória começou a fazer investimentos no Fundo da Infinity em 2016, com aplicações em produtos oferecidos pela gestora.

– Em dezembro de 2021, o Comitê de Investimentos da cooperativa foi alertado para o fato de que a Infinity havia sido descredenciada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Na ocasião, realizaram o resgate de parte do montante investido em dois produtos e optaram por manter os valores aplicados em outros quatro.

– A atual diretoria não teve qualquer tipo de decisão sobre os investimentos realizados anteriormente à sua posse, ocorrida em março deste ano. Mas sua primeira providência, considerando os desafios iminentes, foi a implementação de ações de austeridade já nos primeiros dias.

– As medidas financeiras que vêm sendo adotadas há pouco mais de dois meses permitiram a composição do fundo garantidor junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), resguardando sua liquidez e gerando lastro financeiro para as operações. Além disso, foram fundamentais para trazer resultados financeiros positivos que reduziram a quase totalidade do desempenho negativo do primeiro quadrimestre, e as projeções apontam para a continuidade desse bom desempenho.

– Também estão sendo adotadas as medidas judiciais cabíveis, bem como ações internas para proteger a cooperativa.

– Esclarecemos ainda que apenas 10% do montante investido nos produtos da Infinity integravam o Fundo Garantidor da ANS. Nossa diretoria já está adotando as medidas necessárias para repor esse percentual a partir dos investimentos que temos em outras carteiras, de modo a manter todas as nossas garantias junto ao órgão regulador.

– Foi contratada uma empresa de auditoria financeira e contábil para termos visão mais precisa de todo o legado, especialmente a análise dos dados envolvendo a Infinity. Tudo está sendo acompanhado pessoalmente por todos os integrantes da Diretoria Executiva e pelos Conselhos de Administração e Fiscal da Unimed Vitória.

– Nos próximos dias 7, 12 e 13 de junho, a Unimed Vitória participará das assembleias que serão conduzidas pela Infinity, durante as quais será apresentado o plano de recuperação elaborado por eles para ressarcir os investidores prejudicados. A partir daí, teremos todas as informações necessárias para convocar uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e dar ciência a todos vocês dos fatos, apresentar as medidas que serão tomadas e esclarecer eventuais dúvidas.

– A cooperativa assegura que tomará todas as providências cabíveis para resguardar seus cooperados, beneficiários, colaboradores e prestadores, não havendo, portanto, razões para preocupações, incertezas e insegurança.

A Unimed Vitória é uma cooperativa sólida e saudável e segue como referência em saúde no Espírito Santo.

**Unimed Vitória**  
**Cooperativa de Trabalho Médico**

## ÇÃO FISCAL

### Receita Federal deflagra operação "Toxicus Fumus", de combate ao contrabando de cigarros eletrônicos

A Receita Federal em São Paulo iniciou, em 31 de maio, Dia Mundial sem Tabaco, a operação *Toxicus Fumus* em shopping popular na região central da capital paulista. Com apoio da Polícia Militar e da Anvisa, a operação tem como foco o combate ao contrabando de cigarros eletrônicos.

A ação se concentrou em shopping onde foi verificada a venda por diversos estabelecimentos de cigarros eletrônicos fruto de contrabando.

A Polícia Militar auxiliou com a preservação do perímetro do local, garantindo a segurança das diligências, e a Anvisa participa dando apoio técnico na identificação dos produtos.

Foram apreendidos aproximadamente

50 mil aparelhos e acessórios com valor de mercado na ordem de R\$ 10 milhões.

São vários milhões em prejuízo para o crime organizado. Além da perda das mercadorias apreendidas, os responsáveis serão representados pelo crime de contrabando e por outros correlatos.

A Receita Federal permanece atuante, utilizando seu corpo técnico qualificado e ferramentas disponíveis para identificar ilícitos e agir de maneira precisa nos principais pontos de distribuição de contrabando de cigarros eletrônicos, objeto tão nocivo à saúde dos brasileiros, desarticulando a oferta desses produtos direcionados especialmente aos mais jovens. Mais



ações do tipo podem ser esperadas por parte da Receita Federal.

O nome da ação, *Toxicus Fumus*, fumaça tóxica em latim, se dá por conta do objeto da ação que é a apreensão de cigarros eletrônicos que tem como produto a fumaça potencialmente nociva à saúde.

Fonte: Receita Federal

## BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

### Saia da rotina economizando com seu Clube de Vantagens

|  |  |  |                                       |                                       |                                       |  |  |
|--|--|--|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--|--|
| <p>Ingresso Inteira 2D<br/>R\$ 23,80</p> | <p>Inteira 2D ou 3D<br/>R\$ 19,90</p>    | <p>Ingresso Inteira 2D<br/>R\$ 25,20</p> | <p>Ingresso 2D<br/>R\$ 22,40</p>      | <p>Ingresso Inteira<br/>R\$ 19,60</p> | <p>Inteira 2D ou 3D<br/>R\$ 14,00</p> | <p>Ingresso Inteira 2D<br/>R\$ 28,00</p> | <p>Ingresso Inteira 2D<br/>R\$ 25,90</p> |
| <p>Ingresso Inteira<br/>R\$ 33,60</p>    | <p>Ingresso Inteira 2D<br/>R\$ 22,40</p> | <p>Ingresso Inteira 2D<br/>R\$ 16,80</p> | <p>Ingresso Inteira<br/>R\$ 22,40</p> | <p>Ingresso Inteira<br/>R\$ 33,60</p> | <p>Ingresso Inteira<br/>R\$ 16,10</p> | <p>Inteira 2D ou 3D<br/>R\$ 25,31</p>    |  |

Está cansado de assistir filme em casa? Aproveite as ofertas do ANFIP Tem +Vantagens e saia da rotina adquirindo ingressos

com desconto nas melhores redes de cinema.

São oferecidos pelas redes parceiras da plataforma de benefícios descontos

de até 30%. Consulte as condições no site [anfip.temvantagens.com.br](http://anfip.temvantagens.com.br) e verifique a disponibilidade em sua região. Aproveite!

## ESTADUAL

### Encontro do Centro-Oeste congrega dezenas de associados

Confira a edição especial do Linha Direta com os principais momentos do I Encontro do Centro-Oeste, realizado em Pirenópolis, charmosa cidade no coração de Goiás.

O evento proporcionou às dezenas de participantes momentos

de confraternização e reencontro entre amigos, colegas de carreira e familiares, além de palestras com assuntos de interesse dos associados. Também foi possível explorar a cultura, os atrativos, a riquíssima gastronomia e as belezas naturais da cidade. Confira [aqui](#). Boa leitura!



# Tudo sobre a **REFORMA** **TRIBUTÁRIA**

#anfipnacional  
**2023**



GUIA DO **ASSOCIADO**



## Siga nossas **redes sociais!**

Fique por dentro de  
notícias, eventos e  
conteúdos.



## FALE COM A ANFIP

### GERAL

(61) 3251-8100  
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)  
E-mail: [ouvidoria@anfip.org.br](mailto:ouvidoria@anfip.org.br)

### APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)  
(61) 99973-5776 (WhatsApp)  
E-mail: [aposentadoriasepensoes@anfip.org.br](mailto:aposentadoriasepensoes@anfip.org.br)

### CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)  
E-mail: [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br)

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)  
E-mail: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

### JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)  
(61) 98176-9051 (WhatsApp)  
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126  
E-mail: [juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br)

### PRESIDÊNCIA

E-mail: [presidencia@anfip.org.br](mailto:presidencia@anfip.org.br)

### SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)  
E-mail: [secretaria@anfip.org.br](mailto:secretaria@anfip.org.br)

### SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)  
(61) 98366-6006 (WhatsApp)  
E-mail: [assistenciais@anfip.org.br](mailto:assistenciais@anfip.org.br)  
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199  
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339  
[concierge@benevix.com.br](mailto:concierge@benevix.com.br)  
Benevix/Unimed: 0800 606 7272  
Geap: 0800 728 8300

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

